

ANP|WWF defende sistema alimentar que respeite os limites do planeta para 2023

19 de Dezembro, 2022

Para 2023, a prioridade deve assentar na construção e defesa de um sistema alimentar que respeite os limites do planeta. Quem o defende é a ANP|WWF que acredita ser a ferramenta mais rápida para mitigar os efeitos das alterações climáticas.

Num balanço feito ao ano 2022, esta Associação lamenta à contínua “diminuição da abundância global de espécies e uma série de grandes eventos globais com desfechos desapontantes face às necessidades de um planeta cada vez mais quente”.

No relatório tradicional “Balanço e Tendências Ambientais” anual, a ANP|WWF analisa os principais pontos negativos e positivos do ano que está a terminar, tanto em Portugal como a nível global, fazendo ainda uma antevisão das principais tendências ambientais para 2023.

2022 prometia abrir a porta ao restauro da natureza e à proteção dos oceanos, tendo sido dados importantes passos nesse sentido, como a proposta de lei europeia para o Restauro da Natureza, a aprovação da lei da Desflorestação, a criação de um acordo global para a poluição por plásticos, e o compromisso de Portugal para a criação e implementação de um Plano de Ação Nacional para a Gestão e Conservação dos Tubarões e Raias.

No entanto, para Ângela Morgado, Diretora Executiva da ONGA, “estes esforços ficam aquém dos estragos já causados, e precisam ser reforçados e acelerados. Em 2022 confirmámos que aumentou para 69% a diminuição da abundância das populações de espécies animais e vertebradas, em que a escassez de água se tornou ainda mais visível e sentida, e que confirmámos que Portugal é o segundo maior exportador mundial de carne de tubarão, pondo em risco a espécie. É urgente deixarmos de olhar para estes eventos como factos não relacionados, e adereçarmos esta crise com uma visão transversal. A nossa saúde e subsistência depende da saúde do planeta, e o facto de Portugal continuar a tomar medidas contraditórios que abrem portas à degradação ambiental é preocupante”.

Já Catarina Grilo, Diretora de Conservação e Políticas da mesma organização, fez notar que “quase todas as vitórias deste ano são na realidade a continuação do trabalho realizado no ano anterior. Continuamos a afastar-nos do Pacto Ecológico Europeu, como o comprova a inclusão do gás natural e da energia nuclear na taxonomia da EU, e a falta de legislação para a Rede nacional de Áreas Marinhas Protegidas, que continuam a ser ineficazes na sua função. É urgente fazer mais e melhor – a ciência já nos dá as ferramentas, apenas as temos de implementar”.

Num comunicado, a organização de conservação da natureza acredita que é possível reverter a perda de biodiversidade global e mitigar os efeitos das alterações climáticas, e este caminho pode e deve assentar numa alteração no sistema alimentar: “Continuamos a precisar de um instrumento de política agrícola que também seja um instrumento de política ambiental, e não a principal causa da destruição da biodiversidade. Uma Lei para Sistemas Alimentares Sustentáveis deverá ser o caminho para garantir um futuro sustentável para a vida selvagem, os ecossistemas e as pessoas”.

Para a ONGA, este tem de ser o ano para uma “transição alimentar que não esgote os nossos recursos hídricos, que aposte numa menor pegada carbónica e que respeite as nossas florestas produtivas e sequestradoras de carbono”. De mãos dadas com este tópico seguem a Lei do restauro da Natureza, que se espera ser aprovada em 2023, e a necessidade de haver um maior financiamento da natureza, tal como indicado pela ONGA e confirmado recentemente no “State of finance for nature”, da UNEP.

Outro assunto de relevância será a “mineração em mar profundo”, que em 2023 poderá avançar com regras criadas por parte das empresas de mineração, mas ainda sem estudos de impacto nem regulação governamental. A ANP|WWF continua a reforçar o pedido para que Portugal declare uma moratória à mineração em mar profundo enquanto os seus impactos não forem analisados. Por fim, a independência energética ambicionada pela EU é ainda um tema que estará no radar da ONGA, por temer que seja reduzida a exigência ambiental dos projetos de renováveis para atingirmos este fim.